

## O CIDADÃO IDOSO: CONSUMIDOR E PRODUTOR CULTURAL

José Carlos Ferrigno<sup>1</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

Atividades culturais, esportivas, turísticas e de lazer nos remetem à ideia de ocupação voluntária e frequentemente agradável do tempo livre das obrigações, sobretudo do trabalho. No imaginário da classe trabalhadora, após décadas de muita labuta, a aposentadoria surge como promessa de um tempo de liberdade de escolhas e de realização de sonhos por muitos anos acalentados. Este capítulo pretende analisar quais são, na atualidade, as condições de acesso à cultura e ao lazer, por parte dos aposentados brasileiros, comentando as ofertas institucionais e a qualidade dos serviços disponibilizados aos idosos em nosso país. As atividades de lazer oferecidas nos centros de convivências de idosos e nas faculdades abertas à terceira idade são compatíveis com as expectativas desse público? Além de lazer recreativo, de entretenimento, temos também oferta suficiente de lazer educativo? O idoso brasileiro está tendo a oportunidade não só de consumir cultura, mas também de produzir cultura? Qual o seu espaço para assumir a função de preservador e transmissor de nossa memória cultural para as novas gerações? Além de todos esses questionamentos, importa saber até que ponto a participação desse segmento etário tem sido favorecida pela Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, conhecida como Política Nacional do Idoso (PNI), nas programações culturais das entidades públicas e privadas.

### 2 O DIREITO À CULTURA E O QUE ENTENDEMOS POR CULTURA

O termo *cultura* adquiriu diversos significados através dos tempos e, mesmo na atualidade, mantém seu caráter polissêmico, fato que permite pensá-lo sob diferentes ângulos. Evidentemente, uma discussão mais aprofundada sobre tema tão vasto foge ao âmbito e ao intuito deste capítulo. Os dicionários apresentam um conceito genérico e antropológico de cultura, considerando-a como sendo o modo de vida da sociedade, que abrange suas ideias, crenças, instituições, costumes, leis,

---

1. Psicólogo e doutor em psicologia social pela Universidade de São Paulo (USP); especialista em gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e pela Universidade de Barcelona e em gestão de programas intergeracionais pela Universidade de Granada; e consultor em planejamento, acompanhamento e avaliação de programas de preparação para a aposentadoria, de ocupação do tempo livre e lazer do trabalhador aposentado.

técnicas, conhecimentos etc. Cunha (2010, p.17) acrescenta que por *cultura* pode se entender o patrimônio material e simbólico de uma coletividade, compartilhado e transmitido de geração a geração.

Essa abrangência semântica já nos permite, em relação ao tema deste capítulo, registrar uma observação importante. Na verdade, o termo cultura engloba o lazer, o esporte e o turismo. Em algum momento, já ouvimos expressões como: *cultura do lazer, cultura do esporte e cultura do turismo*. Portanto, no encaminhamento deste trabalho, darei um tratamento particularizado a cada um desses termos, sem, todavia, esquecer que tudo o que é produzido pela ação humana é cultura.

Constatada essa amplitude do termo, escolho um conceito de cultura que me parece muito fértil do ponto de vista social e político, além de esclarecedor quanto às condições de vida e às potencialidades dos cidadãos mais velhos. Para tanto, comentarei um relato do eminente professor Alfredo Bosi sobre uma experiência por ele vivida e sua brilhante reflexão sobre a mesma (Bosi, 1997, p. 33-58).

Trata-se de um inusitado episódio vivido em Florença, quando lá estava a estudos. Bosi havia se hospedado em uma pensão, uma habitação muito antiga, que não possuía mesmo algo tão prosaico como um chuveiro elétrico e, por isso, era obrigado a se deslocar a um banho público de uma estação de trem. Após, várias e divertidas tentativas para resolver o problema, ele resolveu comprar uma enorme bacia e a levou até a pensão. Ao vê-lo carregar pela rua, desajeitado, esse grande objeto, a dona da hospedaria, entre espantada e contrariada, dirige-se a ele e diz: “O senhor tem cultura, mas é muito democrático”, por considerar impróprio a uma pessoa culta o papel de carregador.

Alfredo Bosi passa, então, a desenvolver suas reflexões sobre o que é cultura a partir dessa frase que revela a seguinte ideologia conservadora, de diferenciação de classe social: o trabalho braçal é feito para quem não tem cultura. A cultura, nessa perspectiva, é entendida como algo que se tem, assim como se tem qualquer outro objeto. Tal posse, nesse modo de perceber a realidade, dá direito a certos privilégios, por exemplo, ser poupado de serviços pesados. A cultura é vista como um fator de divisão entre tipos de pessoas, algumas têm, outras, não. Na condição de uma posse, a cultura é vista como mercadoria ou herança e, portanto, um bem a ser acumulado. Ou seja, soma de coisas desfrutáveis, como livros, discos, obras de arte.

Alternativamente, Alfredo Bosi nos convida a entender a cultura como “fruto de processo de trabalho”, fazendo jus, aliás, à sua raiz etimológica, que tem a ver com o cultivo, pois vem do latim *colere*. Então, se a cultura é processo de trabalho, não é exclusiva desta ou daquela classe social, pertence a todas as classes. Principalmente, àquelas que, de fato, trabalham. E, acrescento eu, também a todas as gerações.

O autor nos mostra o envolvimento das comunidades pobres na organização das atividades da chamada cultura popular. Nela, o papel dos mais velhos é fundamental para o repasse dos conhecimentos dos ritos e de seus significados, enfim das tradições, às novas gerações. A memória social ou histórica é imprescindível para um entendimento desalienado e desalienante de cultura. As sociedades que esquecerem seu passado errarão sem encontrar a porta de saída, que é a própria reflexão sobre o passado. O ato de lembrar deve ser visto como um ato de desocultação da verdade histórica.

Desenvolvendo raciocínio semelhante e seguindo as teorizações empreendidas por Karl Marx e Georg Lukács, Goldmann (1991) argumenta que a reificação ou coisificação da noção de cultura se deve à prevalência do valor de troca dos produtos, típico das economias mercantilistas, sobre o valor de uso dos produtos. Isto é, os produtos do trabalho humano não são valorizados pela sua capacidade de satisfazer necessidades específicas. Assim, a cultura, reificada como mercadoria, serve para ser trocada por prestígio, privilégio, bens materiais e até dinheiro, em vez de promover a satisfação de necessidades humanas, na perspectiva de uma melhor qualidade de vida e do aperfeiçoamento da cidadania.

### 3 O IDOSO COMO CONSUMIDOR DE CULTURA

Do exposto até aqui, fica a ideia de que é possível pensar no direito do idoso à cultura, tanto na condição de consumidor de bens culturais quanto na de produtor de cultura. O termo *consumidor* no contexto de uma sociedade consumista e despolitizada como a nossa é, compreensivelmente, posto em suspeição. Em nossos dias, o consumidor é visto como um ser apenas preocupado com seus interesses particulares, portanto, alienado das causas sociais. Uma avaliação do grau de consciência e participação política, porém, depende, obviamente do que e de como se consome. Referindo-se às possibilidades do consumidor cidadão, para Canclini (2008, p. 35), “é preciso desconstruir as concepções que julgam os comportamentos dos consumidores como predominantemente irracionais e as que somente veem os cidadãos atuando em função da racionalidade dos princípios ideológicos”.

Portanto, o consumo cultural de boa qualidade pode ensinar ao idoso a oportunidade de uma fértil ocupação de seu tempo livre e, conseqüentemente, se converter em um poderoso estímulo a uma efetiva participação cidadã. Para tanto, é necessária uma ampla oferta de produtos culturais acessíveis às condições financeiras do idoso, mas não só. A acessibilidade física é igualmente fundamental. Os equipamentos culturais tendem a se concentrar em bairros mais nobres e mais centrais das cidades brasileiras. Além das distâncias, a precariedade dos transportes públicos, muitas vezes, inviabiliza a chegada a cinemas, teatros, parques, centros de lazer etc.

#### 4 O IDOSO COMO PRODUTOR DE CULTURA

Nas décadas mais recentes, a maior presença dos idosos nos espaços públicos não decorre apenas do aumento desse contingente etário, mas também de mudanças comportamentais. Movidos pelo desejo de viver mais intensamente, consoante os novos valores da contemporaneidade, eles se tornaram mais participantes, mais reivindicativos, mobilizaram-se na defesa de seus direitos e, como consequência, elevaram-se as expectativas de possibilidades de realização na velhice.

O encontro de gerações, em circunstâncias ideais de respeito e amizade, pode ensejar ricas trocas de experiências nas quais o idoso alterna a posição de professor e de aluno dos jovens. Nas sociedades em que é valorizado, sua função de professor é ressaltada. A história nos mostra que, em épocas turbulentas, de transição, de rápidas mudanças, os jovens tendem a tomar o comando da comunidade ou mesmo de uma nação. Nos momentos que exigem reorganização e garantia de repasse das tradições, porém, a figura do velho é essencial. A palavra tradição vem do latim *traditio*. O verbo é *tradire* e significa precipuamente entregar, designa o ato de passar algo para outra pessoa, ou de uma a outra geração (Bornheim, 1997, p.18).

A sabedoria dos velhos, desde as anotações de Walter Benjamin, prossegue sendo desperdiçada pela sociedade de consumo, alienada de sua própria história. Todavia, tanto a ação cultural da qual os idosos são o público alvo, quanto a ação cultural da qual eles podem e devem ser os sujeitos, trazem a promessa de dias melhores. Essas ações se somam aos esforços de todos aqueles que estão voltados para a construção de uma sociedade mais humana e solidária (Benjamin, 1986, p. 195).

#### 5 TEMPO LIVRE E LAZER

O termo *lazer* tem sua origem no verbo latino *licere*, que significa ser possível, permitido, lícito, poder fazer algo, e tem a ver com a liberação de obrigações, possibilitando o exercício de atividades entendidas como de lazer. Entre os antigos gregos, o lazer ou o ócio era muito valorizado, pois permitia o nobre exercício da política e da filosofia, enquanto o trabalho, atividade utilitária que atendia a necessidades biológicas, era visto como algo menor e reservado a mulheres e escravos, sobretudo o trabalho manual. O termo *trabalho*, aliás, deriva do latim *tripalium*, antigo instrumento de tortura. Associava-se a ele, portanto, a noção de sacrifício e sofrimento.

Mais recentemente, no século XIX, em plena Revolução Industrial, o lazer passa a ser sentido como um fundamental fator de humanização das condições de trabalho. Nessa época, o trabalhador, incluindo crianças, mulheres e velhos, tinha jornadas de treze a dezesseis horas diárias, num contexto de infâmia e terrível opressão. Paulo Lafargue, testemunha dessas iniquidades, comenta com ironia e indignação em seu *Direito à Preguiça* que “uma estranha loucura se apossou das

classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Esta loucura arrasta consigo misérias individuais e sociais. Esta loucura é o amor ao trabalho, a paixão moribunda do trabalho, levado até o esgotamento das forças vitais do indivíduo” (Lafargue, 1977, p. 7).

Nas décadas seguintes a situação do trabalhador foi melhorando. Tanto a progressiva redução da jornada quanto a melhoria das condições de trabalho, porém, foram determinadas principalmente mais pelas vitórias do movimento operário do que devido a avanços tecnológicos. Com muita luta, puderam os trabalhadores conquistar os direitos trabalhistas desfrutados em nossos dias, como o direito a aposentadoria, entre outros. Consequentemente, o direito ao lazer foi construído mais como resultado de legislações de proteção ao trabalhador do que como decorrência do desenvolvimento econômico ou de concessões por parte dos empregadores.

Sem dúvida, as conquistas da tecnologia possibilitaram o aumento da produtividade e contribuíram para o aumento do tempo livre e para uma mudança de mentalidade. Assim, a partir nos anos 1970, a sociologia do lazer, historicamente preterida como campo de pesquisa em favor da sociologia do trabalho, como aponta Magnani, passou a florescer. Esse autor nos mostrou, com sua pesquisa pioneira sobre a vida na periferia de São Paulo, que o lazer está presente em todas as classes sociais, mesmo nas mais pobres e que é fator de humanização das relações sociais (Magnani, 1998).

É interessante observar como tem sido caracterizado o lazer na contemporaneidade. Dumazedier (1976), por exemplo, define o lazer como

o conjunto de ocupações às quais o indivíduo se entrega de livre vontade, seja para repousar, seja para se divertir ou, ainda, para desenvolver sua formação ou informação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Dessa perspectiva, portanto, o lazer se opõe à ideia de obrigação. O lazer promete benefícios, já que

permite uma participação social maior e mais livre para a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão. Também oferece possibilidades de integração a associações culturais e o desenvolvimento de novas habilidades (*op. cit.*, p. 94).

Acreditando também na melhoria das condições de vida promovida pelo lazer, para Domenico de Masi,

o futuro pertence a quem souber libertar-se da ideia tradicional do trabalho como obrigação ou dever e for capaz de apostar numa mistura de atividades em que o trabalho se confundirá com o tempo livre, com o estudo e com o jogo, enfim com o “ócio criativo” (Masi, 2000, p. 8).

O lazer é visto principalmente como entretenimento, embora possa ser um poderoso instrumento de educação, com vantagens sobre o ensino formal, ao associar exatamente educação com diversão. Isso porque, além de atividades reflexivas e teóricas, o lazer desenvolvido por meio de oficinas de criatividade oferece um trabalho prático. Nesse caso, de acordo com Head (1986, p. 48-61), há a oportunidade de uma educação obtida pelos jogos ou pela arte, que distingue a diversão ativa (o esporte amador, por exemplo) de um entretenimento passivo (ver TV).

Para Head, o entretenimento é formado por ingredientes de uma dieta pobre que não alimenta e da qual logo esquecemos. A “educação nas coisas”, como diz Head, é algo que implica um contato direto com os objetos e não apenas o manejo com as suas representações, característica do modelo intelectualista de educação. Para essa tarefa, o autor vê nas artes um papel fundamental. Segundo ele, é preciso viver a arte se quisermos ser permeados pela arte. Por meio de atividades como tocar um instrumento, pintar, dançar etc., passa-se a ter mais influência sobre nossa mente e nosso corpo. O ideal é combinar liberdade e trabalho, transformando trabalho em diversão e diversão em trabalho.

Quando o que fazemos é o exercício da habilidade e da imaginação humanas em todos os campos do trabalho humano, então as diferenças entre trabalho e diversão, entre arte e indústria, entre profissão e recreação, entre os jogos e a poesia – todas essas distinções desaparecem. O ser humano se torna ser humano total, e seu modo de vida uma contínua celebração de sua força e imaginação (Head, 1986).

A educação pela arte de que fala Head, via oficinas de dança, música, teatro, artes plásticas etc. fazem parte da programação de diversas instituições socioculturais brasileiras de ensino não formal, de natureza pública ou particular, dirigidas a todas as faixas etárias. Nelas, os idosos têm a oportunidade do desenvolvimento cultural e artístico.

## 6 LAZER NA APOSENTADORIA E NA VELHICE

Entre as diversas formas de ocupação do tempo livre da aposentadoria e da velhice (segunda carreira, empreendedorismo, trabalho voluntário, militância política religiosa ou social), destaca-se o lazer. Nas últimas décadas, multiplicaram-se as instituições que propiciam a formação de grupos de idosos para atividades dessa natureza. Muitos idosos têm buscado por conta própria um estilo de vida mais participativo, influenciados pelos apelos da mídia e pelas recomendações da ciência. Uma parcela cada vez maior da população idosa vive um processo de ressocialização, formando novas amizades e fazendo parte de uma turma de amigos, como ocorre com adolescentes e gerações mais jovens. Para muitos velhos, essa oportunidade equivale ao ingresso em uma nova família – no caso, livremente escolhida. Em instituições socioculturais, é fácil perceber as diferentes turmas de terceira idade

e seus interesses diversos: a turma do baile, do baralho, os grupos que se engajam em atividades como cursos, palestras, teatro, coral, esporte, turismo etc.

A indústria do entretenimento se expande em todo o mundo e tem nos idosos um importante mercado consumidor, capaz ainda de muito crescimento. Assim como há lazer em todas as classes sociais, há também lazer em todas as faixas etárias, inclusive na velhice. O lazer, como tempo liberado de obrigações, corresponde a uma dispensa periódica do trabalho no fim do dia, da semana, do ano ou, finalmente, da própria vida de trabalho. Assim, pensar no lazer da terceira idade é pensar no lazer da aposentadoria. Nesse momento da vida, abre-se ao indivíduo uma oportunidade para inúmeras realizações. Como bem aponta Attias-Donfut (1980, p. 9-28), o lazer pode contribuir para a emergência de uma força social capaz de aproximar as idades, de desenvolver novas formas de troca entre as gerações e, inclusive, enriquecê-las.

### **6.1 Qual é o lazer do idoso brasileiro na atualidade? Como ele utiliza seu tempo?**

Na área da leitura há progressos. A Federação do Comércio do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ) nos apresenta uma pesquisa cujos resultados são positivos: os brasileiros estão lendo mais. Em 2010, 34% dos entrevistados informaram que leram no mínimo um livro, contra 23% em 2009. O crescimento da prática da leitura parece estar relacionado às bienais literárias e também ao avanço dos *e-books*. A boa notícia para os gerontólogos é que a maior expansão ocorreu na população com 60 anos ou mais: de 9%, em 2009, para 23%, em 2010 (Fecomércio, 2013).

Em 2006, ampla pesquisa nacional, denominada *Idosos no Brasil*, foi realizada por uma parceria formada pela Fundação Perseu Abramo, pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) Nacional e pelo Sesc São Paulo (Neri, 2007). Foram entrevistados 2.136 idosos e 1.608 jovens e adultos de 16 a 59 anos, pois não somente a opinião dos idosos sobre eles mesmos foi objeto de investigação, mas também a imagem de velhice entre as gerações mais novas. Outro e importante objetivo desse grande levantamento foi conhecer as condições de vida do idoso brasileiro nas várias áreas de seu cotidiano, incluindo-se aí suas atividades de lazer.

Vejam alguns dados que a referida pesquisa forneceu. Quando perguntados sobre o que mais gostam de fazer no tempo livre, a resposta espontânea mais frequente (29%) foi ver TV. A atividade feita fora de casa que mais apreciam é passear (21%). Na pergunta com múltiplas escolhas, as atividades de lazer mais praticadas em casa são: ver TV (93%); ouvir rádio (80%); cuidar de plantas (63%); leitura (52%); e cuidar de animais (43%).

Uma informação alentadora encontrada pela pesquisa é que 51% dos entrevistados têm mais possibilidades de lazer nos dias de hoje do que tinham

antes de completar 60 anos de idade. Esse dado relativiza, portanto, a propalada inatividade dos idosos.

Inquiridos sobre por que não realizam determinadas atividades de lazer que gostariam, 33% alegaram falta de dinheiro, e 17%, problemas de saúde. Outros fatores foram declarados, como falta de tempo e de companhia, além de obrigações familiares, como cuidar de parentes. Todavia, 25% afirmaram que não há nada que impeça a realização de atividades que apreciam.

Sabemos que, além de problemas financeiros e de saúde, muitos entraves vividos pelos idosos devem-se a dificuldades de uma ocupação criativa do tempo livre. Muitos viveram boa parte de suas vidas para o trabalho na árdua luta pela subsistência. Destes, vários nem em suas infâncias puderam brincar, pois desde cedo já assumiram obrigações dentro e fora do lar. Não foram, portanto, educados para o exercício do lazer.

Uma política cultural voltada tanto para os velhos quanto para as demais gerações deve ter como objetivo não apenas a educação pelo lazer mas também para o lazer. Em outras palavras, deve propiciar condições às pessoas para que decidam como aproveitar da melhor forma seu tempo livre. Tendo em vista a importância desse tipo de atividade para o bem-estar e a emancipação do idoso, a educação para seu exercício deve começar mais cedo na vida, e não somente na velhice.

Outra séria questão a se considerar como obstáculo a uma criativa prática do lazer, relaciona-se às barreiras impostas pelos preconceitos sociais dirigidos aos velhos, que, de uma forma ou de outra, podem se traduzir em constrangimentos, limitando suas opções quanto ao que fazer e a quais projetos de vida desenvolver no imenso tempo livre da aposentadoria, que se abre graças ao aumento da longevidade.

## 7 ESPORTE E ATIVIDADES FÍSICAS ENTRE OS IDOSOS

A importância da atividade física para a promoção da saúde da pessoa idosa está muito bem estabelecida pela ciência e é cada vez mais reconhecida pela opinião pública, sendo notória a crescente popularização dos exercícios físicos na terceira idade. Esse fenômeno é recente, contudo, nem sempre foi assim. Vejamos, então, como se deu essa evolução.

Os primeiros programas de atividades físicas para idosos surgiram no cenário nacional com mais visibilidade nos anos 1970. Uma das entidades pioneiras foi o Sesc São Paulo que, em 1974, iniciou cursos de ginástica e natação destinados à terceira idade. No início dos anos 1980, o Sesc inaugurou o programa Esporte para Idosos (Souza, 2010, p. 16-17). As primeiras atividades foram ginástica e natação. Nos anos seguintes, houve uma ampliação de oferta com dança, hidroginástica, ioga e *tai chi chuan*.



Professores mais antigos da instituição contam que naquela época ainda não havia uma cultura de cuidados com o corpo, sobretudo entre pessoas mais velhas, e que, por isso, os primeiros interessados, apareciam para as aulas trajando calça, camisa e até sapato social! Hoje, em contraste, constatamos a existência de uma gigantesca indústria de produtos para exercícios físicos, inclusive bem direcionada a idosos.

Levando em conta a dimensão educativa e social do esporte, várias abordagens baseiam-se na ideia de um esporte inclusivo, a partir de uma série de adaptações de regras e equipamentos para que o maior número possível de pessoas, idosas ou não, e de acordo com suas condições físicas, possam exercer as mais variadas modalidades esportivas, como vôlei, basquete, handebol, pólo aquático etc. A prática esportiva nessa perspectiva é a do *esporte-participação* ou *esporte para todos*, permeada pelo espírito lúdico, da educação, do respeito às diferenças e do estímulo ao exercício da cidadania.

Ao lado de instituições culturais e desportivas que promovem esporte para idosos, como o Serviço Social da Indústria (Sesi), a Associação Cristã de Moços (ACM) e o Sesc, por sua amplitude, merecem destaque os Jogos Regionais do Idoso (Jori), promovidos desde 1994 pelo governo do estado de São Paulo. Nele, representações municipais de atletas idosos disputam várias modalidades esportivas. Entre quarenta e cinquenta cidades são envolvidas em cada edição desse evento.

Afinal, o quanto o idoso brasileiro pratica esportes e atividades físicas? Um importante e auspicioso dado do já mencionado levantamento *Idosos no Brasil* (Neri, 2007), diz que 51% dos consultados declararam fazer caminhadas; desse percentual, sendo 57% homens e 46% mulheres. Outras práticas corporais também foram relatadas. Em algumas, os homens se mostram mais ativos: 18% deles andam de bicicleta, contra apenas 2% das mulheres. Noutras, são as mulheres que aparecem mais fortemente: 10% delas fazem ginástica, contra 7% dos homens. Em comparação a outros países, China e Japão, por exemplo, os brasileiros não se exercitam muito, mas a tendência é de aumento, como efeito de maior consciência sobre os benefícios da atividade física para a saúde.

## 8 O IDOSO E A EXPANSÃO MUNDIAL DO TURISMO

Um sonho muito comum e bastante acalentado por aqueles que vão se aposentar ou por quem já se aposentou é viajar. O turismo, sem dúvida, é uma das mais cobiçadas formas de lazer. Conhecer novos lugares, visitar monumentos, museus, contemplar novas paisagens e desfrutar de novos costumes é o desejo da maioria das pessoas. Essa aspiração tem se tornado realidade para muitos brasileiros. Nunca se viajou tanto, seja pelo território nacional, seja para o exterior, como resultado de uma relativa estabilidade econômica nos anos recentes. Já há algumas décadas,

testemunhamos a massificação do turismo, cada vez mais acessível à classe média, graças ao barateamento dos preços de hospedagem e transporte.

O chamado turismo social, empreendido por organizações públicas e privadas, além de ampliar o acesso às classes populares, se preocupa com o desenvolvimento cultural dos participantes. O Sesc é uma das entidades pioneiras nesse tipo de ação, com excursões à sua colônia de férias na cidade de Bertiooga, inaugurada em 1948. Além desse destino, a instituição mantida pelos empresários do ramo do comércio promove excursões para várias localidades brasileiras. A entidade resume seus objetivos, afirmando que sua proposta consiste em

organizar vivências turísticas que ofereçam aos participantes a possibilidade de desenvolvimento de suas habilidades intelectuais e físicas, de aquisição de conhecimentos e de interação dos indivíduos, sempre por meio da oferta de produtos e serviços acessíveis ao seu poder aquisitivo ou adaptado a possíveis necessidades especiais da clientela (Sesc, 2014).

A natureza das ações que regem essa iniciativa “são balizadas por quatro princípios interdependentes: a democratização do acesso à atividade turística, o desenvolvimento social dos participantes, a educação pelo turismo e a educação para o turismo” (*idem, ibidem*).

Vale ressaltar que, em 2013, mais da metade da clientela do turismo social do Sesc, 57%, era de maiores de 55 anos (*idem, ibidem*).

Acevedo (1998) apresenta os motivos que os idosos manifestam para viajar: encontrar pessoas e se socializar (61%); escapar da rotina (82%); descansar e relaxar (83%); visitar museus e lugares históricos (66%); experimentar novos costumes/conhecer lugares novos (89%). No comparativo que a autora fez com outras faixas etárias, para as pessoas mais idosas, em relação às viagens, seriam mais importantes: procurar enriquecimento intelectual e espiritual; contar aos amigos sobre o passeio; ir a festivais ou eventos especiais; e visitar museus e lugares históricos.

Além dos benefícios aos próprios turistas, idosos ou não, o turismo gera empregos, sendo, portanto, importante fator de desenvolvimento econômico que se concretiza pela expansão e melhoria da rede hoteleira e de transportes e pela ocupação dos equipamentos turísticos na baixa estação, já que a maioria do público da terceira idade viaja nessa época, aproveitando preços mais em conta e ambientes mais tranquilos. A proposta de viagens, em condições econômicas mais acessíveis, configura o chamado turismo social, que o Ministério do Turismo define como: “a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão (Brasil, 2014).

O turismo para idosos, no entanto, demanda atendimento especializado para lidar não apenas com a recreação mas, também, com demandas de saúde.

Assim, a multiplicação desse tipo de turista exige mais cuidados e tem ensejado maior diversidade de profissionais para o serviço, tais como: médicos, enfermeiros, massagistas, *personal trainer*, nutricionistas, entre outros. Além, evidentemente, da demanda de mais emprego para as profissões convencionais como as de garçom, cozinheiro e arrumadeira.

A terceira idade é, sem dúvida, um dos segmentos no qual a indústria do turismo mais investiu. De olho nas economias feitas pelos aposentados durante muitos anos de trabalho, a indústria do entretenimento oferece pacotes turísticos a preços convidativos e com pagamentos em longo prazo.

Em 2007, o Ministério do Turismo criou o programa Viaja Mais Melhor Idade, que tem como objetivo a promoção da inclusão social dos idosos, aposentados e pensionistas por meio do turismo. Ele faz parte do Plano Nacional de Turismo 2007-2010. A ideia do programa é incentivar os idosos a viajar durante o período de baixa temporada, a preços mais acessíveis. Os financiamentos são feitos pelo Banco do Brasil ou pela Caixa Econômica Federal. O programa organizou e comercializou pacotes customizados para a terceira idade, aposentados e pensionistas. A soma de pacotes vendidos entre 2007 e 2010 chegou a 600 mil. O programa funcionou até 2010 e deve voltar em agosto de 2014 (Brasil, 2014).

Para se ter uma ideia mais concreta da adesão dos idosos à prática do turismo, ao longo de 2008, cerca de 200 mil pacotes turísticos foram comercializados pelo programa Viaja Mais Melhor Idade. O número é 2.122,22% superior ao registrado durante a primeira fase do programa, entre agosto e dezembro de 2007, quando foram vendidos aproximadamente 9 mil pacotes (Viagens, 2014).

## 9 A PNI E O DIREITO A CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

Antes da PNI, promulgada em 1994, é bom lembrar que a Constituição Federal de 1988 incorporou o lazer como direito básico do cidadão brasileiro, no capítulo II (Dos Direitos Sociais); no capítulo III (Da Educação, da Cultura e do Desporto); e no Capítulo VII (Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso). É possível que essa incorporação tenha contribuído para se contrapor ao entendimento de que o lazer é um assunto menor do ponto de vista dos direitos humanos e dos requisitos para o exercício pleno da cidadania.

A PNI, em seu capítulo IV, Das Ações Governamentais, art. 10, diz que na implementação da política nacional do idoso são competências dos órgãos e entidades públicos na área de cultura, esporte e lazer:

- a) garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;

- b) propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos, em âmbito nacional;
- c) incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais;
- d) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural;
- e) incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade (Brasil, 1994).

Como se pode ver, o direito à fruição dos bens culturais, embora claramente expresso na lei, não é tão enfatizado quanto o direito à produção cultural, que aparece em vários momentos. Assim fazendo, a PNI, incentiva a proatividade dos idosos, reconhecendo seu valor contributivo para a cultura brasileira, como transmissor da história e das tradições. No entanto, o que se verifica com mais frequência são atividades culturais feitas *para* os idosos, não aquelas realizadas *pelos* idosos.

O turismo, propriamente, não é mencionado na lei, mas se for entendido como uma atividade cultural e de lazer, como deve ser, de acordo com meu ponto de vista, então, estará contemplado.

### **10 A PNI FACILITOU AO IDOSO O ACESSO À CULTURA, AO LAZER, AO ESPORTE E AO TURISMO?**

Difícil dizer. Há indícios que nos levam a crer que os idosos têm tido, nos últimos anos, mais acesso à cultura. A conjunção de três fatores, contudo, parece ter sido mais determinante para ocorrência desse fenômeno do que a influência direta da PNI. Primeiramente, o aumento da consciência coletiva sobre a importância e o direito à fruição dos bens culturais e seus benefícios físicos e psíquicos, decorrente da popularização do tema pela mídia, via legitimadores discursos de especialistas. O segundo fator a se considerar é o crescente interesse de grupos econômicos que compõem a indústria do entretenimento pela clientela de aposentados. Por fim, em terceiro lugar, a expansão do atendimento realizado por organizações não governamentais (ONGs) e instituições socioculturais não lucrativas, tanto da iniciativa pública quanto privada (como prefeituras, Sesi, Sesc, ACM, centros de convivência, Faculdades Abertas etc.), conforme demonstrado em Ferrigno, Leite e Abigailil (2006, p.1436-1443). Claro, podemos dizer que, sim, foi importante a promulgação da PNI, mas os fatos mostram que, mesmo sem ela, teríamos uma ampliação da oferta cultural ao público da terceira idade.

Os próprios idosos expressam a percepção de aumento das possibilidades de práticas culturais nos anos recentes. No Encontro Nacional de Idosos, organizado pelo Sesc São Paulo em 2005, com o tema Avaliação e perspectivas do estatuto do

idoso, os participantes do evento construíram o documento Carta Aberta à Nação, no qual a situação de acesso ao lazer e às atividades culturais são avaliadas como “menos dramáticas”, em comparação a outras áreas dos direitos do idoso. Mesmo considerando as dificuldades financeiras da maioria dos aposentados, o documento constata o respeito ao direito a descontos no valor de ingressos para espetáculos e o aumento da oferta de atividades gratuitas para a terceira idade (Sesc, 2006, p. 8-9). Corroborando a posição dos idosos que participaram desse Encontro, lembramos que, na já mencionada pesquisa *Idosos no Brasil*, a falta de dinheiro foi apontada como o principal fator de limitação para o lazer do idoso brasileiro (Neri, 2007).

## 11 CONCLUSÃO

Um comentário ao final destas reflexões: se fizermos um recorte por gênero, quanto a hábitos de lazer e participação em atividades socioculturais, constataremos a baixa presença masculina na terceira idade. Alguns fatores, somados, podem explicar a supremacia numérica das mulheres idosas em atividades de lazer, configurando o fenômeno contemporâneo da *feminização da velhice*. A primeira e mais evidente razão se vincula à maior longevidade feminina. A segunda nos mostra que os homens tendem a trabalhar durante mais tempo. Muitos, aliás, além do necessário para a garantia de subsistência, seja por motivos de autorrealização, seja porque supervalorizam o trabalho, não se permitindo momentos de lazer, atitude que os afasta de centros culturais e de grupos de convivência. O terceiro fator tem a ver com certas atividades de lazer como ginástica, dança, música, artesanato, teatro, consideradas por uma parcela de homens como “femininas”, uma avaliação mais frequente entre homens idosos de menor escolaridade e de pouca familiaridade com práticas culturais e artísticas. O quarto motivo prende-se ao fato de que ainda são os homens dessa geração que ocupam com maior desenvoltura os espaços públicos, como bares, praças e ruas. Sair sozinha para um bar ou para um cinema ainda é um comportamento não muito habitual entre as idosas. Como quinto fator, relacionado, por sinal, ao motivo anterior, aponta que mulheres idosas parecem se sentir mais acolhidas e protegidas em grupos de convivência, como atestam inúmeros depoimentos que ressaltam o “ambiente familiar” e, portanto, mais seguro, de instituições sociais e culturais.

Por fim, vale ressaltar um detalhe importante: evidentemente, a qualidade do atendimento aos velhos, não somente na área de cultura, lazer, esporte e turismo, depende do cumprimento da Lei nº 8.842 em setores como segurança, transporte, assistência médica e acessibilidade. Além de melhorar a qualidade do transporte público, é necessária uma política de descentralização desses equipamentos de lazer para os bairros de população mais pobre, ou seja, para a periferia das cidades, geralmente mal atendida por parques e centros culturais. É importante pensar no lazer compartilhado com outras gerações, com a família. Pensar no direito à

ocupação da cidade. Pensar em uma cidade acolhedora, superando as barreiras físicas ou arquitetônicas, barreiras psicológicas, a violência.

Quando se fala de velhice, há uma observação sempre importante a ser feita sobre as desigualdades sociais do nosso país. Se, de um lado, há velhos que preferem que se refiram a eles usando os termos idosos, terceira idade ou até “melhor idade”, entre outros eufemismos, e que consomem as novidades do mercado, cuidam do corpo e do espírito com esmero e cuidado, usufruindo seu bom poder aquisitivo, de outro lado, não nos esqueçamos que existe uma velhice sofrida, sombria, solitária, pobre e doente, que depende da atenção de familiares (quando os tem e quando estes os querem), da comunidade, dos poderes públicos, dos políticos, dos jovens, dos gerontólogos, enfim, de todos nós.

### REFERÊNCIAS

ACEVEDO, C. **Perfil do comportamento do consumidor maduro em viagens de lazer**. 1998. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4563>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. **Loisir et formation des générations**. Paris: Gerontologie et société, 1980. n. 15.

BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**. São Paulo: Ed. Cultrix/Edusp, 1986.

BORNHEIM, Gerd. O conceito de tradição. *In*: BORNHEIM, Gerd *et al.* (Org.). **Cultura brasileira: tradição e contradição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Funarte, 1997. p. 18.

BOSI, Alfredo. Cultura como Tradição. *In*: BORNHEIM, Gerd *et al.* (Org.). **Cultura brasileira: tradição e contradição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Funarte, 1997. p. 31-58.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 jan. 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm)>.

\_\_\_\_\_. **Programa Viaja Mais Melhor Idade**. Brasília: Ministério do Turismo, 2014. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>>. Acesso em: 1º jul. 2014.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Tradução de Maurício Santana Dias. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CUNHA, Newton. **Cultura e ação cultural**: uma contribuição a sua história e conceitos. São Paulo: Edições Sesc-SP, 2010.

DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976. (Coleção Debates).

FECOMÉRCIO – FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Pesquisa Nacional sobre Hábitos Culturais**. Rio de Janeiro: Fecomércio, 2013. Disponível em: <<http://www.fecomercio-rj.org.br/publique/media/Pesquisa%20Cultura.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2014.

FERRIGNO, J. C.; LEITE, M. L. C.; ABIGALIL, A. Centros e grupos de convivência de idosos: da conquista do direito ao lazer ao exercício da cidadania. *In*: FREITAS, Elizabete Viana de *et al.* (Org.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991. p. 130-138.

HEAD, Herbert. **A redenção do robô**. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MASI, Domenico de. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2000.

NERI, A. L. (Org.). **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Perseu Abramo; Edições SESC-SP, 2007.

SESC – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Carta Aberta à Nação**: avaliação e perspectivas do Estatuto do Idoso. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE IDOSOS, 1. São Paulo: Sesc-SP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Turismo Social**. São Paulo: Sesc-SP, 2014. Disponível em: <<http://www.sescsp.org.br/turismo/sobre-o-sesc-turismo/>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

SOUZA, Maria Aparecida Ceciliano de. **Esporte para idosos**: uma abordagem inclusiva. São Paulo: Edições Sesc-SP, 2010.

VIAGENS e atividades de lazer passaram a fazer parte dos hábitos de consumo do idoso. **InfoMoney**, 2014. Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/infopessoal/noticias/\\_HOME\\_OUTRAS\\_1513351.shtml](http://www2.uol.com.br/infopessoal/noticias/_HOME_OUTRAS_1513351.shtml)>. Acesso em: 20 jul. 2014.

